

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR NO MATO GROSSO: uma experiência de prevenção em comunidades vulneráveis ao trabalho escravo

*Natália Suzuki
Thiago Casteli*

Introdução

O Mato Grosso é um estado que merece atenção por parte da política pública nacional de erradicação ao trabalho escravo, porque nele se concentra uma quantidade expressiva de casos e de trabalhadores escravizados principalmente em atividades agropecuárias. A maior parte desses trabalhadores é proveniente de outras regiões do Brasil. No entanto, ali existem também comunidades vulneráveis de onde partem trabalhadores suscetíveis ao aliciamento e à exploração.

Apesar de medidas repressivas serem fundamentais, elas não são suficientes para erradicar o problema nesse contexto, por isso aquelas de prevenção são igualmente necessárias e pertinentes. Diante disso, a organização não governamental Repórter Brasil, por meio do seu programa Escravo, nem pensar!, desenvolveu um projeto dedicado à prevenção ao trabalho escravo entre os anos de 2009 e 2015, no Mato Grosso.

O projeto implementou ações na área da Educação com foco em comunidades vulneráveis do município mato-grossense de Confresa. O objetivo era informá-las sobre os riscos do aliciamento e do trabalho escravo a partir de processos formativos na rede pública de ensino que desnaturalizassem práticas de exploração em relações trabalhistas e fomentassem a reflexão crítica dos atores locais acerca de sua realidade.

Essa medida esteve em conformidade com o 2º Plano Nacional para Erradicação ao Trabalho Escravo (BRASIL, 2008), que estabelece uma política pública de caráter multissetorial e multidimensional a ser empreendida por atores do poder público e da sociedade civil.

Este texto está dividido em quatro partes. Na primeira, discorreremos sobre o contexto do trabalho escravo no Mato Grosso, apresentando dados

estatísticos sobre a ocorrência do problema e a sua relação com a migração. Em seguida, tratamos da dimensão preventiva das políticas públicas nacional e estaduais de erradicação ao trabalho escravo, nas qual se insere a ação do programa Escravo, nem pensar! (ENP!). O terceiro capítulo é dedicado à apresentação da metodologia desse programa, cujo objetivo é prevenir o trabalho escravo por meio de ações de educação em comunidades vulneráveis. Ainda nessa parte, detalharemos como essas ações foram implementadas e as suas decorrências nas comunidades de Confresa. Por fim, a conclusão traz uma reflexão sobre tipos de políticas públicas de prevenção: as que chamamos de “artesanais” por serem específicas e customizadas para realidades locais e as “generalizantes” que primam pela abrangência e pela celeridade de seus efeitos.

O contexto do trabalho escravo no Mato Grosso

Ocorrência do trabalho escravo

Desde 1995, quando o governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo no país, 50.106⁵ pessoas foram resgatadas dessa condição. Desse total, 6.132 (12%) trabalhadores estavam sendo explorados sob condições de trabalho escravo em propriedades no Mato Grosso, o que faz com que o estado ocupe o segundo lugar com o maior número de trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo⁶ no país, ficando atrás somente do Pará nesse quesito (tabela I). Esse dado indica a arregimentação de mão de obra para atividades econômicas que exigem força braçal e uma grande quantidade de trabalhadores em frentes de trabalho, como a da cana-de-açúcar. Por esse motivo, o Mato Grosso é considerado estratégico para o combate ao escravo no Brasil

O estado também ocupa a segunda posição no ranking de casos de trabalho escravo, o que indica a recorrência do fenômeno em seu território. Assim como em outros estados líderes, como o Pará (1º), Maranhão (3º), Minas Gerais (4º) e Tocantins (5º), a alta frequência dos casos se relaciona com a

5 Os dados estatísticos utilizados neste artigo referente ao trabalho escravo no Brasil foram produzidos pelos autores a partir dos dados brutos da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), subordinada à Secretaria Especial de Trabalho do Ministério da Economia. A base de dados compreende a série histórica de 1995 a março de 2018.

6 O termo “trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo” se refere tanto àqueles que foram resgatados e receberam os seus benefícios e direitos trabalhistas, como aqueles que foram identificados em situação de trabalho escravo, mas não receberam tais direitos ou ainda se mantiveram trabalhando nas mesmas propriedades em que assim foram encontrados, mediante a adequação das suas condições por parte do patrão conforme estabelece a lei trabalhista.

predominância de atividades agropecuárias nessas localidades⁷. No contexto do Mato Grosso, além da cana-de-açúcar, o estado é ocupado principalmente por grandes propriedades produtoras de grãos (soja e milho) e pastagens⁸, principalmente na sua região norte, fronteira aos estados de Rondônia, Amazonas e Pará, onde originalmente se encontrava parte significativa da floresta Amazônica.

Desde a década de 1970, com o avanço da fronteira agropecuária, esse bioma tem sido devastado para ceder espaço a pastagens e extensas lavouras.

Mato Grosso segue como um dos estados que mais desmatam a Amazônia brasileira. De agosto de 2017 a julho de 2018, foram mapeados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) 7,9 mil km² de áreas desmatadas em todo o bioma. Mato Grosso foi o segundo estado que mais desmatou nesse período, com 1.749 km² de florestas derrubadas, foi responsável por 22% de todo o desmatamento detectado. Essa foi a maior taxa divulgada nos últimos 10 anos (INSTITUTO CENTRO DE VIDA, 2019, p. 1).

A situação da mão de obra escrava empregada em atividades agropecuárias e no desmatamento no Mato Grosso já havia sido descrita por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), em sua carta episcopal de 1971, considerada a primeira denúncia pública do trabalho escravo no Brasil.

Para os peões não há moradia. Logo que chegam, são levados para a mata, para a zona da derrubada onde têm que construir, como puderem, um barracão para se agasalhar, tendo que providenciar sua própria alimentação. As condições de trabalho são as mais precárias possíveis. [...]

Por tudo isso, os peões trabalham meses, e ao contrair malária ou qualquer outra doença, todo seu salário é devorado, ficando mesmo endividados com a fazenda. [...]

Não há com peões nenhum contrato de trabalho. Tudo fica em simples combinação oral com o empreiteiro. [...] bem poucos peões recebem qualquer dinheiro, mesmo após terem concluído as tarefas a eles designadas. [...]

7 Entre os anos de 1995 e 2018, a pecuária foi o ramo econômico que mais concentrou casos de trabalho escravo. Do total, 43,4% foram encontrados nessa atividade. O ramo da produção florestal e da agricultura ocupam a segunda (18,9%) e terceira (17,9%) posições, respectivamente.

8 O Mato Grosso possui a maior área de pastagem para o gado do país, com 17.434.850 hectares, e é líder de rebanho bovino para corte, com 24.118.840 cabeças. Além disso, possui a maior área de lavouras temporárias, com 9.675.222 hectares, dedicadas ao cultivo de milho, soja, algodão e outras culturas. (IBGE, 2018)

Outros muito doentes, sentindo-se sem forças e temendo morrer naquelas condições, não conseguindo receber o que de direito, fogem para sobreviver (CASALDÁLIDA, 1971).

A relação entre trabalho escravo, desmatamento e avanço da atividade agropecuária se confirma pela análise das cidades mato-grossense com a maior quantidade de trabalhadores resgatados e de casos de trabalho escravo, como Tapurah, Nova Ubiratã, Vila Rica, Juara e Nova Bandeirantes. Esses municípios se situam justamente ao norte da capital do estado em áreas que tiveram a floresta amazônica devastada.

Tabela 1 – Ranking de estados por trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo entre 1995 e 2018

Posição	Estados	Trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo	Casos de trabalho escravo
1º	Pará	12.962	606
2º	Mato Grosso	6.132	206
3º	Goiás	3.863	142
4º	Minas Gerais	3.526	172
5º	Maranhão	3.337	182
6º a 25º*	20 UFs	20.286	888
TOTAL		50.106	2.196

* Não há registros de trabalho escravo, dentro da série histórica utilizada, em Sergipe e no Distrito Federal.

Tabela 2 – Ranking das atividades econômicas flagradas com trabalho escravo no Mato Grosso por trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo entre 1995 e 2018**

Posição	Atividades econômicas	Trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo	%	Casos de trabalho escravo no MT
1º	Criação de bovinos para corte	1670	27	95
2º	Fabricação de álcool	1624	26	8
3º	Cultivo de cana-de-açúcar	642	10	4
4º	Cultivo de algodão herbáceo	581	9	5
5º	Cultivo de soja	453	7	25
6º ao 36º	Outras 31 atividades econômicas	598	10	69
Total	36 atividades econômicas	6.132	100	206

** A nomenclatura das atividades econômicas são subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aliciamento, migração e trabalho escravo

Trabalhadores submetidos à exploração geralmente são aqueles em situação de precariedade socioeconômica, o que os levam a aceitar qualquer

serviço, ainda que este não lhes garanta direitos trabalhistas ou mesmo condições dignas de vida e trabalho. Nesse sentido, a migração e o aliciamento são dois fenômenos articulados com o trabalho escravo.

Os casos de trabalhadores aliciados com falsas promessas de emprego são recorrentes. Normalmente lhes são ofertados trabalhos em lugares diferentes da sua cidade de origem. Sem recursos econômicos, diante de poucas ofertas de emprego e em busca da garantia de sua subsistência e de sua família, os trabalhadores partem para a empreitada e, quando chegam às frentes de trabalho, percebem que foram enganados.

Além de terem que enfrentar uma dura jornada⁹ de trabalho pesado, o trabalhador se encontra em condições degradantes¹⁰ e tem dificuldade de deixar o local porque acaba preso a uma dívida fraudulenta¹¹. Ao invés de ganhar o seu salário, ele acaba endividado com o patrão, sendo obrigado a pagar o débito com a sua força de trabalho. Para que ele se mantenha submisso, muitas vezes, o empregador se vale de meios coercitivos¹². Essa situação configura o trabalho escravo, previsto como crime pelo artigo 149 Código Penal brasileiro.

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a **trabalhos forçados** ou a **jornada exaustiva**, quer sujeitando-o a **condições degradantes de trabalho**, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de **dívida contraída com o empregador** ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

9 O expediente desgastante que vai além de horas extras, coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia, é chamado tecnicamente de **jornada exaustiva**. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar. (REPÓRTER BRASIL, 2017)

10 **Condições degradantes** se referem a um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Alojamento precário, péssima alimentação, maus tratos, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável são alguns desses elementos. (*Idem*)

11 A fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho é uma artimanha do empregador. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta e submetido a um regime de **servidão por dívida**. Em muitos casos, todo o seu salário é simplesmente retido, assim como os seus documentos pessoais (*IDEM*)

12 O indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. Nessas condições, o **trabalho é forçado**. (*Idem*)

§ 2o A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:
 I – contra criança ou adolescente;
 II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.
 (BRASIL, 2003, grifo nosso).

Quando conseguem fugir e denunciar a exploração, os trabalhadores são resgatados por órgãos competentes pela inspeção. Muitos conseguem retornar ao local de origem, mas lá encontram a mesma situação que os levaram a partir e a aceitar o emprego onde foram explorados. Por isso, não são raros os casos em que o indivíduo retorna novamente à mesma experiência, reiteradas vezes, ao longo de sua vida, completando o que chamamos de ciclo do trabalho escravo (Figura 3). Existem ainda trabalhadores, os chamados peões de trecho, que estão há meses ou até anos distantes da sua terra natal, sem nunca retornar, emendando um trabalho mal pago após o outro, com a esperança de um dia retornar para casa com algum recurso. Muitos, infelizmente, até desistem e se perdem pelo mundo (SUZUKI, 2019).

No que se refere à relação entre a migração e o trabalho escravo, o Mato Grosso não está entre os principais estados de origem de trabalhadores resgatados, ou seja, são poucos os mato-grossenses escravizados em outros lugares do país ou mesmo no próprio estado. Do total de trabalhadores resgatados (35.803) entre 2003 e 2018, 862 eram naturais do Mato Grosso.

Tabela 3 – Ranking de estados de origem de trabalhadores resgatados no Brasil entre 2003 e 2018 ***

Posição	Estado de origem do trabalhador	Trabalhadores resgatados no Brasil	%
1º	Maranhão	8.073	23
2º	Bahia	3.484	10
3º	Minas Gerais	3.060	9
4º	Pará	3.039	8
5º	Piauí	2.057	6
6º ao 13º	Oito UFs	11.901	33
14º	Mato Grosso	862	2
15º ao 27º	Outras 20 UFs, DF e casos sem identificação geográfica****	3.327	9
Total		35.803	100

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019)

*** A série histórica de casos de trabalho escravo traz dados a partir do ano de 1995, mas a informação do município de naturalidade dos trabalhadores apenas se tornou disponível em 2003, quando os trabalhadores passaram a ter direito ao Seguro-Desemprego. Para que obtenham esse benefício, o trabalhador deve informar as cidades de onde é natural e a de residência. Assim, essas duas informações acabam inseridas nas guias de liberação desse benefício e passaram a ser sistematizadas pela Comissão Pastoral da Terra.

**** Na base de dados, há 80 trabalhadores sem declaração de naturalidade, que foram agrupados na categoria "UF ignorado".

A maior parte dos trabalhadores resgatados no próprio estado é, portanto, proveniente de outros lugares do Brasil. Essa constatação se dá pela confrontação dos dados da tabela 1 e da tabela 3. Enquanto o estado é um dos principais em número de trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo no seu território, ele surge apenas em 14º lugar no ranking nacional de origem de trabalhadores nessas condições, com praticamente dez vezes menos trabalhadores do que o líder no quesito, o Maranhão.

No ranking nacional de municípios de naturalidade dos resgatados, a primeira cidade do Mato Grosso (Cuiabá) surge apenas na 162ª posição. Dentre os municípios de residência¹³ dos trabalhadores, as cidades mato-grossenses também não aparecem em posições destacadas. Os dois primeiros municípios que surgem nessa tabela são Vila Rica e Jauru, nas 16ª e 71ª posições.

Mas ainda que os dados nacionais não destaquem o Mato Grosso como um grande estado exportador de mão de obra escravizada, a análise detida no seu contexto interno indica a existência de bolsões de pobreza e vulnerabilidade social concentradas em regiões de difícil acesso, como o nordeste do estado, onde municípios como Confresa, Vila Rica, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia, são circundados por áreas de floresta amazônica, na fronteira com o Tocantins e o Pará. As tabelas 4 e 5 mostram as cidades mato-grossenses de onde partem os trabalhadores, que foram resgatados em diferentes partes do Brasil, entre 2003 e 2018.

Tabela 4 – Ranking estadual (MT) dos principais municípios de naturalidade dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Brasil entre 2003 e 2018

Posição no Mato Grosso	Municípios de naturalidade	Trabalhadores do MT resgatados no território nacional
1º	Cuiabá	45
2º	Jauru	37
3º	Santa Terezinha	34
4º	Vila Rica	29
5º	Juara	28
	São Félix do Araguaia	28
6º	Peixoto de Azevedo	27
7º	Cáceres	25
8º	Poconé	24
	Rosário Oeste	24
Outros 84 municípios		499
Total	-	800 ¹⁴

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).¹⁴

13 O município de residência do trabalhador pode ser o mesmo de origem.

14 Na base de dados há uma discrepância entre a soma dos dados por municípios e o número consolidado de trabalhadores resgatados naturais do Mato Grosso (862, vide tabela 3).

Tabela 5 – Ranking estadual (MT) dos principais municípios indicados como de residência de trabalhadores resgatados no Brasil, entre 2003 e 2018

Posição no Mato Grosso	Municípios de residência no Mato Grosso	Trabalhadores provenientes do Mato Grosso
1º	Vila Rica	256
2º	Jauru	90
3º	Poconé	82
4º	Confresa	69
5º	Cuiabá	55
6º	Alta Floresta	54
7º	Juara	52
8º	Peixoto Azevedo	51
9º	Paranatinga	47
10º	Juína	44
	Porto Alegre do Norte	44
-	Outros 110 municípios	954
Total	-	1.798

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).

Figura 1 – Localização dos municípios mato-grossenses de naturalidade e de residência de trabalhadores resgatados no território nacional



Legenda: (a) Alta Floresta, (b) Cáceres, (c) Confresa, (d) Cuiabá, (e) Jauru, (f) Juara, (g) Juína, (h) Paranatinga, (i) Peixoto Azevedo, (j) Poconé, (k) Porto Alegre do Norte, (l) Rosário Oeste, (m) Santa Terezinha, (n) São Félix do Araguaia, (o) Vila Rica. Há sobreposições no georreferenciamento dos municípios d, e, f, i, j e o, que ocupam as principais posições no ranking de naturalidade e, ao mesmo tempo, de residência dos trabalhadores resgatados.

Com base nos dados relacionados ao trabalho escravo no Mato Grosso, a organização não-governamental Repórter Brasil, por meio do seu programa educacional Escravo, nem pensar!, realizou ações de prevenção ao problema entre os anos de 2009 e 2015, em áreas com concentração de casos de trabalho escravo e locais de vulnerabilidade socioeconômica de onde partem trabalhadores que acabaram explorados e resgatados. Essas ações foram centradas no âmbito da educação, em parceria com o poder público. Ao todo, foram selecionados 18 municípios¹⁵, sendo um deles o de Confresa, cuja experiência será tratada adiante. Na próxima seção, discorreremos brevemente sobre a prevenção como estratégia de combate ao trabalho escravo, focando o papel da educação e destacando a experiência do programa Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil nesse contexto.

Prevenção ao trabalho escravo

O Estado brasileiro tem enfrentado o trabalho escravo com ênfase na sua repressão por meio de ações de fiscalização de empregadores e de resgate de vítimas. Essas medidas são fundamentais, mas devem ser articuladas com ações de prevenção e assistência aos resgatados. Assim, a erradicação dessa violação passa também pela adoção de políticas públicas para reverter a situação de pobreza e de vulnerabilidade que corrobora para a permanência de trabalhadores em situação de exploração, com o objetivo de evitar que partam para empreitadas que o colocarão em situações de risco e violação de direitos. Dentre essas políticas públicas, estão aquelas no âmbito da educação.

Nesse sentido, a divulgação de informações é imprescindível, e isso deve ser feito não apenas por meio de campanhas pontuais, mas principalmente a partir de processos formativos aprofundados, que incidam nas estruturas sociais de comunidades vulneráveis com vistas à formação cidadã, especialmente, das novas gerações de trabalhadores. O objetivo é torná-los cientes e apropriados de seus direitos para que estejam mais protegidos contra a exploração e, sobretudo, mais empoderados para denunciar violações.

O segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (BRASIL, 2008) e atualmente vigente apresenta medidas para erradicação do problema, classificadas em dimensões distintas¹⁶, mas que devem (ou deveriam)

15 Segue a lista dos 18 municípios mato-grossenses selecionados pelo Escravo, nem pensar! e os anos onde foram realizadas as ações: Alta Floresta (2008, 2009, 2011 e 2014), Cáceres (2013 e 2014), Canabrava do Norte (2009), Colíder (2007), Curvelândia (2014), Glória D'Oeste (2014), Jangada (2013 e 2014), Juara (2013), Juína (2012), Marcelândia (2007), Nobres (2013 e 2014), Nova Canaã do Norte (2007), Nova Guarita (2007), Nova Santa Helena (2007), Peixoto Azevedo (2007), Porto Alegre do Norte (2009 e 2010), Sinop (2009) e Sorriso (2009).

16 O plano classifica as medidas em "ações", "ações de enfrentamento e repressão", "ações de reinserção e prevenção", "ações de informação e capacitação" e "ações específicas de repressão econômica" (BRASIL, 2008, p. 11).

ser executadas de forma articulada por diversos atores do poder público e da sociedade civil.

O caráter multissetorial da política pública de combate ao trabalho escravo é reflexo da complexidade do problema e da exigência de abordá-lo de forma holística, ao mesmo tempo em que é um dos principais motivos que dificultam a sua implementação e efetivação.

Um dos elementos destacados no plano, que se refere ao eixo preventivo é a capacitação de servidores públicos, como os educadores, agentes de segurança e os magistrados pelo fato de eles terem condições de desempenhar papel relevante no combate ao trabalho escravo devido às suas atribuições profissionais¹⁷. É nessa seara que o programa Escravo, nem pensar! é mencionado na meta 41 do plano: “Promover o desenvolvimento do programa “Escravo, nem pensar!” de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo” (BRASIL, 2008, p. 19).

Os planos estaduais para erradicação ao trabalho escravo¹⁸ também seguem a abordagem multissetorial do problema do trabalho escravo e, por isso, consideram a prevenção uma dimensão relevante da política pública. A implementação do programa Escravo, nem pensar! consta também nesses documentos¹⁹.

Da mesma forma que ações de educação dedicadas a trabalhadores e suas famílias são relevantes, a informação e a formação desses profissionais sobre o tema em questão é necessária devido ao fato de muitos desconhecerem a existência do trabalho escravo na realidade local. Por esse motivo, capacitá-los se torna imprescindível para que possam identificar possíveis casos e, então, encaminhá-los aos órgãos competentes, além de atender trabalhadores e suas famílias vulneráveis para a redução de vulnerabilidades.

Em muitos locais onde o Escravo, nem pensar! tem atuado com educadores de redes públicas estaduais e municipais, esse público relata o fato de ignorarem a existência do problema até terem participado da formação do programa.

Muitas escolas em alguns municípios conseguiram levar essas discussões [sobre aliciamento e trabalho escravo] para a comunidade, até por ser comum na região a migração e a vulnerabilidade social. Tivemos pais, alunos e pessoas da comunidade que já passaram por situações

17 Vide meta 20, 48, 49, 52, além da 41 aqui transcrita. A meta 54 estabelece ainda a capacitação e a sensibilização do setor empresarial.

18 Não são todos os estados que dispõem de um plano estadual dedicado à erradicação do trabalho escravo.

19 Os planos em que o programa é mencionado podem ser encontrados no site do ENP!, na seção *Quem somos*. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/sobre/quem-somos/>.

semelhantes e que a partir do projeto conseguiram realmente entender o trabalho escravo contemporâneo.²⁰

Sem o ENP!, jamais saberíamos dessa nossa triste realidade e, mesmo que soubéssemos, não poderíamos fazer nada a respeito. Sendo assim, o programa ENP! foi de suma importância para um trabalho de reconhecimento e conscientização dos estudantes na prevenção do trabalho escravo e na sua formação cidadã.²¹

A próxima seção será dedicada a discorrer brevemente sobre o programa Escravo, nem pensar! com o intuito de explicar como as suas ações incidem no contexto descrito.

O programa escravo, nem pensar!

A ONG Repórter Brasil, dedicada ao combate ao trabalho escravo, atua na prevenção do problema por meio do seu programa Escravo, nem pensar! desde 2004, quando o mesmo foi criado com a missão de “diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação” (ESCRAVO, NEM PENSAR, 2019). Para alcançá-la, o programa tem como objetivos estratégicos (i.) difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações de direitos humanos e (ii.) promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

Ao longo desses 15 anos de atuação, seus projetos já preveniram mais de 1,3 milhão de pessoas do trabalho escravo em 465 municípios em onze estados brasileiros.

Do início de sua fundação, o programa focou a sua atuação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, porque eram os locais onde os casos de trabalho escravo e os pontos de aliciamento de trabalhadores se concentravam. Até o início dos anos 2010, quase a totalidade dos flagrantes se dava em propriedades agropecuárias da zona rural. De lá para cá, situações de exploração de trabalhadores passaram a constar também em atividades urbanas,

20 Depoimento da equipe pedagógica da Unidade Regional de Educação de Bacabal (MA), que participou do processo formativo da Repórter Brasil em 2018. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente em *Escravo, nem pensar! no Maranhão – 2018*. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2019/04/caderno_maranhao_bx-1.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

21 Depoimento da equipe pedagógica do Núcleo Territorial de Barreiras (BA), que participou do processo formativo da Repórter Brasil em 2017. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente na publicação *Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia – 2017*. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2018/06/caderno-oeste-bahia_baixa_FINAL_12.6.18.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

principalmente nos setores da construção civil e da indústria têxtil. Por essa razão, o Escravo, nem pensar! tem ampliado o seu trabalho para a região Sudeste e estendido as suas ações preventivas em municípios urbanos nos estados em que tem atuado.

O Escravo, nem pensar! se dedica a quatro ações principais: as formações, a produção de conteúdo, a elaboração de metodologias educacionais e a incidência política²². Todas elas se interseccionam e se retroalimentam, mas aqui nos dedicaremos a detalhar a primeira.

Atualmente, as formações do Escravo, nem pensar! são dedicadas principalmente a servidores públicos da Educação e da Assistência Social e são realizadas por meio de projetos desenvolvidos em parceria com as secretarias estaduais e municípios dessas duas áreas, que a Repórter Brasil considera estratégicas e prioritárias para o combate ao trabalho escravo.

No caso dos profissionais da Assistência Social, eles têm condições de prover atendimento no pós-resgate de trabalhadores. Eles também podem identificar casos de pessoas submetidas a situações de exploração; geralmente, o trabalhador explorado agrega tantas outras vulnerabilidades sobrepostas e quase nunca a demanda solicitada por ele nos serviços da Assistência Social são específicas sobre o trabalho escravo. No entanto, muitas vezes é possível ter informações sobre as condições de trabalho e, no caso de uma violação, existem meios de denunciá-la a órgãos competentes. Ademais, ela pode ter um papel decisivo também na prevenção, evitando que trabalhadores sejam aliciados e atenuando o grau de vulnerabilidade por meio da inclusão de indivíduos em programas sociais.

A Educação também desempenha função na dimensão preventiva da questão, mas diferentemente da Assistência Social, a sua capacidade de abrangência é muito maior. Se, a atuação da Assistência Social é baseada em atendimentos individualizados, centrando as suas ações no âmbito da família, a da Educação encontra formas de capilarização e mobilização em massa por meio de sua extensa rede, composta por unidades educacionais, orientadas sob uma mesma política pública.

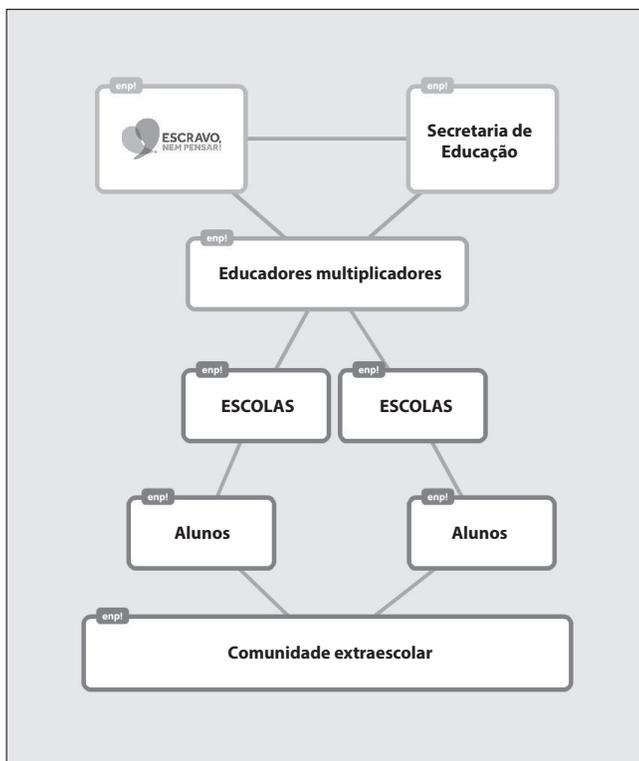
Por esse motivo, atores estatais e não-estatais buscam a rede de ensino pública para inserir diversas temáticas relacionadas a direitos humanos nas unidades escolares. O potencial de multiplicação de informação, que ela oferece é evidente. Por exemplo, se um professor aborda uma temática específica em uma única sala de aula, ele multiplica o seu conhecimento para dezenas de alunos; nesse contexto, vale considerar que, geralmente, um educador é responsável pelo ensino de mais de uma sala de aula.

22 Para mais informações sobre a atuação do Escravo, nem pensar!, acesse a página institucional do programa <http://escravonempensar.org.br/nossas-acoef/>

Além dessa possibilidade de alcance, iniciativas desenvolvidas nas escolas incidem diretamente na prevenção do problema, fomentando a capacidade reflexiva, criativa e crítica dos jovens para ler e interpretar a própria realidade, cumprindo a missão da educação de formar cidadãos para além dos graus e diplomas formais.

O Escravo, nem pensar! desenvolveu, então, uma metodologia²³ centrada nesses dois elementos, a formação cidadã e o potencial de capilarização e multiplicação da informação, por serem favoráveis à prevenção ao trabalho escravo. A equipe do programa forma um grupo de educadores para que se tornem agentes multiplicadores sobre a temática e possam disseminar o conteúdo com o corpo docente das unidades escolares para, então, envolver os alunos. Esses por sua vez, são transformados em ponto focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma a seguir ilustra esse processo.

Figura 2 – Organograma do projeto de formação de educadores



23 Essa metodologia é constantemente revisada e aprimorada. Apesar de ter um conteúdo nuclear com premissas pedagógicas bem definidas, ela é flexível e adaptável a diferentes contextos em que ela é aplicada. Da mesma forma, atende à possibilidade de atualização constante de seu conteúdo, premissa necessária, uma vez que os temas trabalhados a partir dela são dinâmicos e mutáveis.

Desde 2014, a metodologia do ENP! prevê que, no caso da rede de ensino estadual, esses educadores sejam técnicos de formação de professores ou gestores de Regionais de Educação²⁴. Eles não estão lotados em escolas e não atuam diretamente com os alunos, mas são responsáveis pela formação e o acompanhamento pedagógico dos professores incumbidos de darem aulas. Já nas redes municipais, o público direto do ENP! são os coordenadores pedagógicos das escolas; esses sim estão nas escolas, mas tampouco dão aulas. A função deles é prestar assessoria e orientações pedagógicas aos professores e, com eles, realizar formações continuadas com os professores, dentre outras funções que visem ao aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

A metodologia anterior do ENP!, vigente entre 2004 e 2013²⁵, tinha os professores de sala de aula como público direto da formação. À época, o ENP! selecionava uma cidade onde se desenvolveria o processo formativo e, por meio de uma parceria com a secretaria municipal de educação, organizava uma turma de até 50 professores, sendo um pertencente a cada escola municipal, para participar da formação.

As formações do *Escravo, nem pensar!* privilegiam recursos pedagógicos e didáticos que estimulem a reflexão dos educadores sobre o tema. Ao considerarmos que o trabalho escravo não é uma questão evidente em sua realidade e em seu cotidiano de trabalho, é preciso destacar a pertinência de sua abordagem nas escolas e mostrar como é possível tratá-la por meio de disciplinas obrigatórias.

É importante ressaltar a importância do material do ENP! pela abordagem pedagógica bastante didática e próxima à realidade do sujeito do campo. O livro *Escravo, nem pensar!* trouxe uma abordagem metodológica com uma dimensão interdisciplinar muito rica para nossos educadores²⁶.

Para isso, é necessária a construção de um percurso pedagógico, cuja premissa é a compreensão da aprendizagem como um processo contínuo e

24 As Regionais de Educação funcionam como "filiais" da Secretaria de Educação Estadual. Elas são responsáveis pela administração das escolas de uma região geográfica específica, que inclui um conjunto de municípios relativamente próximos. O nome das Regionais varia em cada estado. No Maranhão, por exemplo, são as Unidades Regionais de Educação (UREs), enquanto no Tocantins são nomeadas como Diretorias Regionais de Educação (DREs). Já no Mato Grosso, elas são denominadas Cefapros (Centros de Formação e Atualização de Profissionais da Educação Básica).

25 A alteração metodológica realizada em 2014 se deve ao fato de o formato da metodologia antiga restringir o alcance dos beneficiários do projeto. Uma vez que a equipe do programa atuava com professores, cuja esfera de atuação é necessariamente as suas salas de aula, o programa não tinha previsão de ter beneficiários indiretos para além das 50 escolas em questão. Assim, não havia possibilidade de o projeto alcançar outras escolas do mesmo município e, muito menos, de outras cidades.

26 Depoimento de Watna Batista, coordenadora pedagógica da Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Marabá (PA), que participou do processo formativo da Repórter Brasil entre 2014-2015. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente na publicação *Escravo, nem pensar!* no sul e sudeste do Pará – Experiências educacionais de prevenção ao trabalho escravo. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2016/05/livro_resultados_gaeteFINALbaixa.pdf. Acesso em: 2. maio 2019.

duradouro. Diferentemente de cursos pontuais, as formações do Escravo, *nem pensar!* buscam o efeito prolongado e sustentável de suas ações nas comunidades onde atua mesmo com a finalização dos seus projetos.

A equipe do ENP! fez um trabalho excelente de orientação e acompanhamento pedagógico, assim como todo o material e referências pedagógicas foram adequados para a realização do projeto. Além de os seus formadores deterem um conhecimento amplo sobre o assunto para uma boa orientação, quando solicitados estavam sempre prontos a nos atender.²⁷

A importância do projeto consiste, em primeiro lugar, em trazer o tema dos direitos humanos para dentro da escola, que estava um pouco adormecido na rede estadual; e, além disso, trazer o tema do trabalho escravo para a comunidade escolar, porque é um tema que não envolve só alunos e professores, mas também os pais, para além dos muros da escola. Nesse sentido o projeto cumpre papel social fundamental.²⁸

No caso de Confresa, a ação se deu com a rede municipal de educação por meio da formação dos professores das escolas e orientada pela metodologia anterior a de 2014, como veremos a seguir.

As ações do *Escravo, nem pensar!* em Confresa

O município de Confresa foi um dos 18 selecionados pelo Escravo, *nem pensar!* para as ações de prevenção que aconteceram entre os anos 2009 e 2015 no Mato Grosso. O município conta hoje com uma população estimada de 30.347 habitantes (IBGE, 2018) e está localizado no extremo nordeste do estado em plena floresta Amazônica, a 1.180 km da capital Cuiabá, próximo às fronteiras com o Tocantins e o Pará, estados onde também são registrados altos índices de trabalho escravo. A sua economia é baseada na agricultura e pecuária, cujo avanço sobre a vegetação nativa gerou áreas críticas de desmatamento ilegal.

Confresa ocupa a primeira posição no ranking de municípios do Mato Grosso de trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo. Foram 1.375 trabalhadores no setor sucroalcooleiro, além de outros 18 na

27 Depoimento da equipe pedagógica do Núcleo Territorial de Barreiras (BA), que participou do processo formativo da Repórter Brasil em 2017. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente na publicação *Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia – 2017*. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2018/06/caderno-oeste-bahia_baixa_FINAL_12.6.18.pdf Acesso em: 2 maio 2019.

28 Depoimento de Claudinei Rodrigues, superintendente de Modalidades e Diversidades Educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, que participou do processo formativo da Repórter Brasil em 2015 a 2016. O depoimento também está presente em *Escravo, nem pensar! no Maranhão – 2015/2016*. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/04/caderno_resultados_enp-ma_baixa.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

pecuária. Essa quantidade representa mais do que quatro vezes o número de resgatados em Nova Bandeirante, o segundo município com mais libertados.

Praticamente a totalidade dos trabalhadores escravizados em Confresa foi resgatada na mesma propriedade, a Destilaria Araguaia (antiga Gameleira), em quatro inspeções, ao longo de oito anos. Em 1997, foram libertados 745; em 2003, outros 272. Já em 2005, houve a marca histórica de 1.003²⁹ resgatados numa única fiscalização de uma propriedade e, por fim, em 2009, mais 55 trabalhadores foram encontrados sem salários, presos ao local por dívidas fraudulentas e submetidos à jornada exaustiva.

O caso de Confresa poderia ser considerado pontual e excêntrico, não justificando uma ação de prevenção sistemática no local. Apesar de incomum, a recorrência do crime evidencia o desprezo a normas legais e o sentimento de impunidade por parte do poderio local, que não se constrangeu de reincidir reiteradamente no crime mesmo tendo sido autuado e punido. Essa repetição do uso do trabalho escravo retrata a normalização da exploração de trabalhadores por parte da população local, inclusive por parte dos servidores públicos locais.

A inspeção trabalhista é dificultada em Confresa, pois a cidade se encontra distante de instituições do poder público dedicadas à repressão do trabalho escravo. A unidade mais próxima da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia está no município de Barra do Garça, a 650 quilômetros de distância. Já a unidade do Ministério Público do Trabalho que atende essa região é a de Cuiabá, a mais de mil quilômetros de distância. As escolas, por exemplo, não tinham informações sobre a existência do trabalho escravo na região, tampouco referências conceituais para serem abordadas com os alunos ou mesmo o conhecimento sobre órgãos do poder público e entidades da sociedade civil envolvidas com o combate ao problema.

Justamente por causa desse vácuo estatal, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização da sociedade civil e ligada à Igreja Católica, mantém um escritório em Porto Alegre do Norte, município vizinho de Confresa, para apoiar comunidades rurais da região e prestar assessoria técnica e jurídica para a defesa de seus direitos. Por esse motivo, a CPT sempre acompanhou os casos de trabalhadores explorados ainda que esses não viessem a ser atendidos pelo poder público.

A atuação do ENP! levou em consideração esse contexto e teve como premissa romper o isolamento dos atores sociais e empoderar a sociedade local a partir da disseminação de informações e referências técnicas para as escolas. Dessa forma, os cidadãos estariam aptos a reconhecer situações de trabalho escravo até então despercebidas e a não aceitar propostas de emprego

29 O número não é apenas um recorde, porque houve, em 2007, uma libertação de 1.064 trabalhadores escravizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar na fazenda Pará Pastoril e Agrícola S.A., numa única fiscalização ocorrida em Ulianópolis (PA).

ludibriosas, bem como demandar a atuação de instituições da sociedade civil e do poder público por meio de denúncias.

O processo formativo: despertando para a temática do trabalho escravo

Assim, em 2009, a Repórter Brasil realizou um projeto formativo em oito escolas municipais e outras cinco estaduais³⁰ a partir da implementação do projeto Escravo, nem pensar! A experiência foi implementada por meio de parcerias da Secretaria Municipal de Educação de Confresa e do Cefapro³¹. Ambas foram responsáveis pelo acompanhamento pedagógico do projeto ao longo de sua implementação. A iniciativa contou também com a atuação de entidades da sociedade civil locais: Comissão Pastoral da Terra, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Central Única das Favelas e ONG Atitude com Arte, que desenvolvia atividades culturais com jovens de Confresa. Essas instituições participaram de todo o processo formativo, ao lado dos educadores das escolas, contribuindo com as discussões e informando dados da realidade social do município. O objetivo foi compor um grupo plural que pudesse, por meio de parcerias e articulação entre as instituições, disseminar as informações sobre o trabalho escravo para diferentes públicos de Confresa.

[A formação do ENP!] foi super importante, pois permitiu colocar na pauta das escolas o tema do trabalho escravo que, para a maioria das pessoas, era como se não existisse na região. Mesmo com um grande resgate de trabalhadores em uma só fazenda, como a de Confresa, as pessoas não davam tanta importância ao fato ou queria escondê-lo. A abordagem e a metodologia do ENP! foram fundamentais para suscitar o tema.³²

Esse projeto formativo se dedicou à formação de um público de 38 educadores dessas escolas³³ que seriam responsáveis por abordar a temática

30 As escolas participantes da rede municipal foram a Vila Tapiraguaia, Jacaré Valente, Vereador Valdemiro Nunes de Araújo, Central, Pau Brasil, Novo Planalto, Vida e Esperança e 1º de Maio; as estaduais, Antonio Alves Dias, Centro de Educação de Jovens e Adultos Creuslhi de Souza Ramos, Teotônio Carlos Cunha Neto, 29 de Julho e Santo Antonio.

31 Os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (Cefapro), unidades descentralizadas da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso, são responsáveis por promover formações continuadas para os educadores e demais atores das escolas estaduais. A rede estadual conta com 15 Cefapros, que atuam em âmbito regional atendendo diferentes municípios.

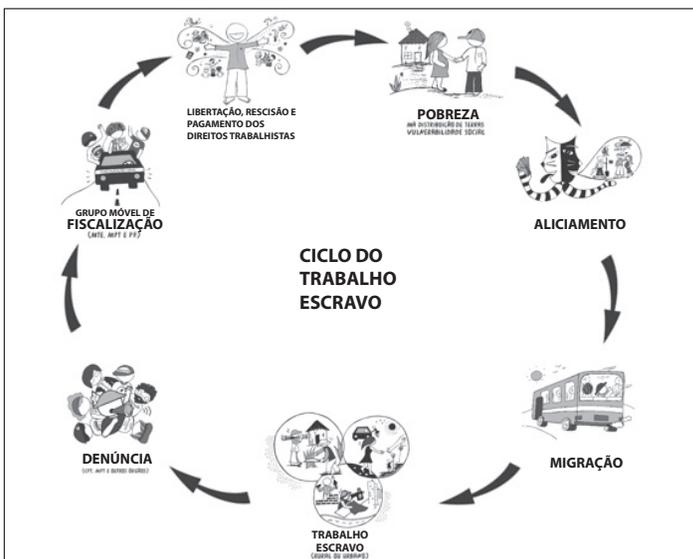
32 Depoimento de Cláudia Araújo, agente social da Comissão Pastoral da Terra em Porto Alegre do Norte (MT), que participou do processo de implementação do ENP! em Confresa. O depoimento foi enviado à equipe do ENP! no dia 23 de abril de 2019.

33 A Repórter Brasil, a Secretaria Municipal de Educação e o Cefapro selecionaram os educadores de acordo com os seguintes critérios: tempo de atuação na unidade escolares, ser concursado, atuação com disciplinas de humanidades e experiência com projetos pedagógicos. Os educadores selecionados deveriam participar de todos os encontros formativos e representar as suas escolas ao longo de todo o projeto.

do trabalho escravo com os seus alunos. Além disso, foram formados seis representantes do poder público local e seis representantes da sociedade civil. O processo com esse público durou 24 meses, período em que houve quatro módulos formativos, os quais totalizaram 64 horas de atividades presenciais e foram conduzidas por formadores da Repórter Brasil. O primeiro módulo, que aconteceu em junho de 2009, teve 40 horas de carga horária. Os três subsequentes, realizados em novembro daquele ano, em setembro de 2010 e junho de 2011, tiveram, cada um, oito horas no total.

O primeiro deles foi dedicado à transmissão do conteúdo relativo ao trabalho escravo e temas correlatos, como migração, trabalho infantil e desmatamento, por meio de recursos e atividades pedagógicas propícias ao âmbito educacional, como o ciclo do trabalho escravo (Figura 3). Nessa primeira etapa, os formadores estimulam a percepção do público sobre a existência do trabalho escravo na sua realidade local, desconstruindo o senso comum acerca de práticas de exploração que são normalizadas e, portanto, aceitas. O objetivo é fazer com que percebam que o trabalho escravo é uma violação de direitos humanos e um crime. A partir disso, são organizadas estratégias pedagógicas de disseminação de informação e de mobilização nas escolas com o intuito de prevenir as comunidades que estão em seu entorno.

Figura 3 – Ciclo do trabalho escravo



Fonte: Programa Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil – 2018

Legenda: O ciclo do trabalho escravo é uma reprodução imagética das etapas vivenciadas, na maioria dos casos, pelos trabalhadores vítimas de trabalho escravo no Brasil. Por evidenciar a história de vida de um indivíduo, o suporte visual facilita a compreensão dos educadores sobre a dinâmica do trabalho escravo e as suas características.

No primeiro módulo, além dos conceitos e das referências acadêmicas, é fundamental apresentar instrumentos aos educadores para que seja possível a inserção da temática no cotidiano escolar. Essa estratégia metodológica é fundamental para que não seja compreendido como um elemento exógeno aos conteúdos de aprendizagem, evitando uma sobreposição de temáticas e uma consequente sobrecarga de trabalho para os professores. Por isso, os formadores do ENP! apresentaram uma proposta básica para a multiplicação do projeto nas escolas para que os educadores elaborassem um planejamento do que poderia ser realizado nas escolas. Apesar de o ENP! recomendar um percurso pedagógico, as escolas participantes gozavam de plena autonomia para criar e adaptar formatos para a sua realidade de trabalho.

Os três módulos seguintes foram dedicados ao mesmo público do primeiro encontro e tinham como objetivo o monitoramento do trabalho nas escolas, bem como a atualização e aprofundamento de conteúdos da formação. Em cada encontro, os educadores socializaram os desafios e os progressos alcançados nas abordagens do tema em sala de aula e por meio de projetos extracurriculares.

A partir do processo formativo, as escolas se apropriaram da temática do trabalho escravo e, mesmo após a finalização formal do projeto, muitas continuaram abordando o conteúdo com novas turmas de alunos por anos de formas variadas. Essas atividades foram impulsionadas pelo Fundo de Apoio a Projetos do Escravo, nem pensar!, vigente entre 2007 e 2015, cujo objetivo era apoiar financeiramente³⁴ e assessorar pedagogicamente as iniciativas de prevenção ao trabalho escravo, principalmente de escolas da rede pública e também para entidades da sociedade civil. Durante esse período, o ENP! apoiou 123 iniciativas, que beneficiaram mais de 48 mil pessoas em nove estados do Brasil.

Anualmente, o programa lançava um edital de convocação das iniciativas. As propostas enviadas à sede da Repórter Brasil passavam por uma seleção realizada pela equipe do Escravo, nem pensar! segundo critérios preestabelecidos, como o objetivo e o alcance da ação e a afinidade ao tema do trabalho escravo.

O estado do Mato Grosso teve 20 iniciativas em 12 municípios selecionados ao longo da existência do Fundo. Ao todo, elas foram responsáveis por beneficiar 10.782 pessoas, especialmente aquelas pertencentes à comunidade escolar. Desse total de projetos, cinco delas eram de escolas de Confresa, que haviam sido formadas no processo que se iniciou em 2009; ações alcançaram 3.896 beneficiários.

34 Durante os anos de vigência do projeto, os valores concedidos variaram entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00. O recurso era destinado basicamente a ajuda de custos para a realização de iniciativas, excluindo a possibilidade de pagamento de salários, por exemplo.

As experiências do fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!: a apropriação da temática do trabalho escravo pelas comunidades vulneráveis

O Escravo, nem pensar! selecionou, para serem apoiados pelo Fundo, quatro projetos de escolas que buscaram incidir na zona rural de Confresa por considerar que elas poderiam desempenhar um papel de sociabilidade relevante, já que escolas são instituições capazes de trazer discussões para a agenda pública.

Comunidades rurais, muitas vezes, são suscetíveis ao aliciamento e à submissão ao trabalho escravo devido a dificuldades relacionadas a geração de renda, conflitos fundiários, adversidades climáticas, falta de acesso a técnicas que impulsionem os cultivos e a serviços públicos. Essa realidade contribui para que seus membros, principalmente os jovens, aceitem trabalhos precários em sua região ou em outros estados, ampliando os riscos de situação de exploração e os índices de evasão escolar.

Diante disso, as experiências adotaram estratégias semelhantes, mas cada qual adaptada a seu contexto. Todas iniciaram os trabalhos com a inserção da temática em conteúdos curriculares, o que permitiu que alunos pudessem tratá-la por meio de recursos pedagógicos cotidianos. As iniciativas rapidamente ampliaram a discussão do trabalho escravo nas escolas, incluindo não apenas professores e alunos, mas também funcionários das unidades, como os vigias e as merendeiras.

Tabela 6 – Escolas de Confresa contempladas no Fundo de Apoio do Escravo, nem Pensar! entre 2010 e 2015

Ano	Escolas	Modalidades	Nomes do projeto	Beneficiários
2015	Centro de Jovens e Adultos Creulshi de Souza Ramos	Centro de Jovens e Adultos	"A luta pela erradicação do trabalho escravo, tráfico de pessoas e exploração sexual"	2.486
2012	Escola Estadual Santo Antônio (Atende assentamentos rurais)	Ensino Fundamental	"Trabalho, prazer, respeito e dignidade enobrecem o ser humano"	383
2011	Escola Estadual Antônio Alves Dias e seus anexos Escolas Pau Brasil e Tancredo Neves (Escolas do campo)	Ensino Fundamental Escolas do campo	"Rádio na escola: Comunicação como meio de erradicar o trabalho escravo contemporâneo"	162
2010	Centro de Jovens e Adultos Creulshi de Souza Ramos (Escola urbana que atende população do campo)	Centro de Jovens e Adultos	"Erradicação do trabalho escravo contemporâneo"	540
2010	"Escola Municipal Valdemiro Nunes de Araújo (Escola do campo)	Ensino Fundamental	"As consequências do desemprego para o trabalho escravo"	325

A Escola Municipal Valdemiro Nunes de Araújo, por exemplo, começou o trabalho com leituras de textos, exibição de filmes e debates sobre o trabalho escravo contemporâneo com alunos. Por se tratar de uma escola cujos estudantes são jovens e adultos que trabalham na área rural, alguns deles puderam identificar situações em que foram vítimas de exploração no trabalho. Ao participarem das atividades, alunos e alunas compartilharam as experiências pessoais, que incluíam relatos sobre o difícil acesso às fazendas, a falta de assistência médica, a má qualidade da alimentação, a situação precária dos alojamentos, além dos baixos salários. Contaram ainda sobre a responsabilidade de sustentar a família e a falta de opção de empregos, que os obrigam a trabalhar acima da carga horária diária permitida por lei.

Durante o desempenho do projeto, foram discutidos os direitos e deveres dos trabalhadores, que contribuiu como esclarecimento, uma vez que a maioria não tinha conhecimento por serem pessoas com dificuldades de leitura e difícil acesso aos meios multimídias. O que se percebe é que a escola é um meio de transmitir esses conhecimentos para a população. E abraçamos a causa pensando na melhoria e diminuição do trabalho escravo em nossa região³⁵.

Já a experiência da Escola Estadual Antônio Alves Dias foi interessante pelo fato de essa unidade conseguir envolver os seus anexos³⁶, as escolas Pau Brasil e Tancredo Neves, por meio do desenvolvimento articulado das atividades para que, ao final do projeto, pudessem fazer uma grande apresentação aberta à comunidade. A escola Antônio Alves Dias sediou a maior parte das atividades do projeto, ficando responsável pela produção de um jornal mural e de programas de rádio distribuídos para reprodução nos anexos. Essas unidades escolares, por sua vez, ficaram responsáveis por elaborar materiais informativos para a comunidade. Mas, para isso, era necessário que os alunos compreendessem e aprofundassem o conhecimento sobre os temas. Na Escola Municipal Pau Brasil, alunos estudaram a legislação trabalhista e a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais em fazendas, identificando os direitos e a necessidade de denunciar às autoridades competentes as situações de exploração. Já na Escola Municipal Tancredo Neves, foram realizadas

35 Depoimento de Gilza Pessoa, educadora responsável por coordenar o projeto ENP! na Escola Municipal Valdemiro Nunes de Araújo em 2010. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente na publicação *Escravo, nem pensar! – Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão – 2010*. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-experiencias-comunitarias-de-combate-a-escravidao-2010/>. Acesso em: 3 maio 2019.

36 Escola anexo é uma unidade escolar localizada no campo e de estrutura reduzida, podendo até mesmo ser constituída de uma única sala de alunos. Essas unidades estão situadas em localidades distantes e de difícil acesso, atendendo comunidades rurais. Os anexos são gerenciados por uma escola maior, geralmente localizada na zona urbana do município.

pesquisas sobre o tema e se dedicaram a resgatar aspectos da cultura local por meio da culinária, medicina tradicional e artesanato; o entendimento era de que a valorização da tradição e do conhecimento local pudesse fortalecer a identidade do campo e a resistência a formas de exploração.

Uma segunda estratégia foi compreender a relação do trabalho escravo com as comunidades a partir de pesquisa de campo, como aquelas realizadas pelas escolas Municipal Valdemiro Nunes de Araújo e Estadual Santo Antônio; a segunda atende alunos provenientes de quatro assentamentos: Santo Antônio do Fontoura I, II e III e São Vicente, todos situados em Confresa. O objetivo desse exercício foi identificar a presença dos fenômenos da migração, aliciamento e o trabalho escravo na vida dos moradores locais e entender por que essas experiências eram comuns e naturalizadas em suas trajetórias e ao longo de gerações. Ao entrevistarem familiares e vizinhos, os alunos coletaram relatos sobre casos de trabalho escravo. A percepção e o conhecimento do problema nas comunidades reiteraram a pertinência de discuti-lo nas escolas.

O projeto foi de grande relevância para essa unidade escolar e comunidade, uma vez que pudemos conhecer um pouco mais sobre a vida das famílias destes assentamentos por meio dos depoimentos e atividades [...], além de fortalecer os laços entre escola e família, e o trabalho coletivo dos educadores. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras do campo puderem conhecer e refletir [sobre a sua realidade], poderão exigir seus direitos e cobrar a dignidade de seu trabalho³⁷.

No caso dos assentamentos, o contato entre trabalhadores e alunos por meio das entrevistas permitiu que os jovens conhecessem mais o dia a dia dos trabalhadores rurais e suas experiências de vida, aproximando pessoas de diferentes gerações. Por sua vez, os trabalhadores participaram ativamente do projeto na escola, comparecendo a palestras, discussões, dando entrevistas e depoimentos e, com isso, sentiram-se valorizados, uma vez que as suas experiências foram fonte de conhecimento. Ao final do trabalho, a discussão acerca do trabalho escravo no Brasil foi uma forma de ressignificar o modo de vida e o trabalho digno no campo a partir do resgate de histórias de vida de membros de comunidade.

As experiências apoiadas pelo Fundo tiveram como premissa estreitar os laços entre as escolas e os moradores e, para isso, foi fundamental o desenvolvimento de atividades que envolvessem alunos e suas famílias a exemplo

37 Depoimento de Nilson Mendes Neres, coordenador do projeto da Escola Estadual Santo Antônio e responsável pela gestão do projeto ENP! em 2012 na unidade. O depoimento foi concedido por meio de relatório técnico e está presente na publicação *Escravo, nem pensar! – Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão*. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/biblioteca/caderno-escravo-nem-pensar-experiencias-comunitarias-de-combate-a-escravidao-2012-2/>. Acesso em: 3 maio 2019.

da apresentação programada pela Escola Estadual Antônio Alves Dias e seus anexos. Os educadores buscaram fortalecer a relação entre escola e comunidade por meio de atividades culturais nas escolas abertas e pela distribuição de materiais informativos.

Os estudantes e professoras da Escola Municipal Valdemiro Nunes de Araújo desenvolveram uma peça de teatro para tratar das causas que levam um trabalhador a migrar em busca de trabalho. Por meio dessa linguagem lúdica, a questão foi levada à comunidade com o intuito de despertar a percepção das pessoas. Também fizeram paródias e confeccionaram material informativo para distribuir na comunidade. A Secretaria Municipal de Educação apoiou essas ações com impressões, fotocópias e a tenda para as apresentações.

Já a Escola Estadual Santo Antônio realizou encontros com os membros dos assentamentos para discutir o tema do trabalho escravo e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Durante os encontros, que contaram com mais de 300 pessoas, entre alunos e membros da comunidade, foram realizadas oficinas de capoeira, grupos de dança e teatro.

Por fim, Centro de Jovens e Adultos Creuslhi de Souza Ramos desenvolveu dois projetos contemplados pelo Fundo (2010 e 2015), que tiveram mais 3 mil beneficiários. Essa unidade, que atende alunos da zona rural ainda que localizada em área urbana do município, buscou estratégias inovadoras, como a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que ofereceu oficinas de cooperativismo e produção artesanal de sabonetes para ampliar as possibilidades de geração de renda. A segunda iniciativa da escola ampliou os debates para abordar o trabalho escravo em atividades urbanas, como os frigoríficos e a construção civil.

Todas essas ações fizeram com que o tema se mantivesse frequente nas escolas por meio de uma abordagem constante, mesmo sem o acompanhamento do projeto Escravo, nem pensar!. O Centro de Jovens e Adultos Creuslhi de Souza Ramos, por exemplo, tem em suas disciplinas obrigatórias a inclusão ininterrupta da temática até hoje.

Essa sustentabilidade das ações do projeto decorre da apropriação das escolas acerca do tema trabalhado graças à metodologia flexível do ENP!. O legado disso incide em duas dimensões: a primeira se refere aos ganhos de aprendizagem por meio de abordagens inovadoras, que privilegiam o conhecimento conectado às questões da realidade local. Ademais, a metodologia do ENP! propicia a autonomia formativa e a atualização pedagógica dos educadores, bem como o protagonismo juvenil. Já a segunda se refere ao fortalecimento do combate ao trabalho escravo por meio da prevenção em comunidades altamente vulneráveis a partir da sua sensibilização, ampliação de níveis de informação e mobilização, além do aumento exponencial de agentes multiplicadores na região sobre a temática em questão.

Considerações finais

Difícilmente, alguém contestará a necessidade e a pertinência de ações de prevenção a violações de direitos humanos, como o trabalho escravo. Contudo, não devemos eclipsar das discussões as dificuldades e o desafio de implementá-las e efetivá-las.

Numa análise distanciada do momento da implementação e da finalização do projeto do Escravo, nem pensar! em Confresa, é possível considerar que ele obteve sucesso em seus propósitos: conseguiu trazer para o debate público nas comunidades o tema do trabalho escravo, ampliando o grau de informação dos indivíduos acerca do problema. Isso contribuiu para que pessoas percebessem o trabalho escravo como uma violação e um crime e desnaturalizassem práticas exploratórias que eram arraigadas e normalizadas pela sociedade local. Existiria uma fórmula ou uma receita para atingirmos esse objetivo?

É preciso considerar que as chances de ações de prevenção serem efetivas e eficazes são maiores quanto mais customizadas elas forem segundo as necessidades e especificidades de seus beneficiários. Para que isso seja possível é preciso ter conhecimento aprofundado do contexto local, atentando-se para elementos que apenas uma análise em nível micro é capaz de subsidiar.

Da mesma forma, ações de prevenção, que não sejam campanhas, levam tempo para serem executadas. A que tratamos aqui durou um período de seis anos. Da mesma forma vagarosa, os resultados são de longo prazo e demoram a dar evidências de sucesso. O tempo solicitado pela ação pode superar facilmente o período de um mandato de governo. Talvez, não seja por acaso que muitas ações de prevenção de combate ao trabalho escravo são executadas por organizações da sociedade civil. Apesar de elas dependerem da parceria com o poder público e se adequarem a contextos políticos, a missão dessas organizações podem se manter por um período prolongado.

Nesse sentido, a ação da Repórter Brasil em Confresa pode ser considerada artesanal, porque ela emprega grande investimento de tempo e de recursos variados, e os seus impactos são positivos, porém localizados. Por isso é mister considerar que a capacidade de seu alcance merece ser avaliado vis-à-vis os recursos necessários.

Essa lógica é contrária à forma como a gestão pública costuma trabalhar: atingir o maior número de beneficiários possível, de forma célere, com recursos limitados, otimizando-os ao máximo. Nessa abordagem, tende-se a ganhar em abrangência, mas por ela ser generalizante, provavelmente “detalhes” do contexto serão desconsiderados e, paradoxalmente, esses elementos podem ser decisivos para o sucesso ou o fracasso da política.

Não se trata aqui de afirmar normativamente qual tipo de política (“artesanal” ou “generalizante”) é a melhor, mas sim de determos a atenção

ao fato de que ambas possuem aspectos favoráveis e desfavoráveis. Essa mesma discussão tem norteado algumas escolhas institucionais da própria Repórter Brasil. Se até 2013, o trabalho do Escravo, nem pensar! optava pela abordagem “artesanal”, focando em municípios específicos de forma individualizada, com um acompanhamento prolongado e detido, a partir de 2014, a sua metodologia busca realizar ações em nível estadual, articulando-as simultaneamente em diversos municípios num período mais curto de tempo; ainda que a escala de análise seja superior e haja generalização, o programa não perde de vista as especificidades locais que justificam a sua atuação em campo, buscando sempre lastreá-la nas comunidades e nas suas necessidades. O equilíbrio dessa metodologia é sutil, por isso a sua flexibilidade é essencial para adequação. Nesse sentido, os ganhos quantitativos e qualitativo nos últimos pelo programa tem reiterado a escolha da organização: entre 2015 e 2018, a quantidade de beneficiários, ou seja, as pessoas prevenidas do trabalho escravo mais do que dobrou. Em dez anos (2004 a 2014), o programa havia alcançado, por meio de formações de educadores e apoio a projetos comunitários, 144.290 pessoas. Com a nova metodologia, foi possível abranger, em três anos, 1.185.188 pessoas na Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins. Chegamos, após 15 anos de existência, a um total de 1.329.478 pessoas prevenidas. Esperamos que em breve o estado do Mato Grosso possa estar incluído nessa nova fase do programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm. Acesso em: 3 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília, 2008.

CASALDÁLIGA, D. P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Painel atualizado do trabalho escravo no Brasil – 1995-2018**. [S.l.], 4 de abr. 2019.

ESCRAVO, NEM PENSAR. **Quem somos**, 2019. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 3 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**. Brasília, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em Síntese – Cidades**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/confresa/panorama>. Acesso em: 16 abr. 2019.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA. **Análise do Desmatamento na Amazônia Mato-grossense (Prodes 2018)**, Cuiabá, 2019. Disponível em: <https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Prodes-2018-Analise-Desmatamento-Amazonia-MT.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Observação da Terra, Prodes**, 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>. Acesso em: 2 maio 2019.

REPÓRTER BRASIL. Programa Escravo, nem pensar!. **Trabalho Escravo Contemporâneo: + de 20 anos de combate (desde 1995)**. 4. ed. São Paulo, 2017. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2018/04/fasc-trabalho-escravo_combate_web_4aedi.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

SUZUKI, N. Apresentação. *In*: REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo, nem pensar! Escravo, nem pensar no Tocantins – 2018**. São Paulo, 2019. p. 5.